BRASILPREV

BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31

www.brasilprev.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

CENÁRIO ECONÔMICO E O MERCADO DE PREVIDÊNCIA

Ao longo do segundo semestre do ano, os mercados financeiros internacionais operaram com maior nervosismo e volatilidade, com as bolsas de valores dos países desenvolvidos registrando correções importantes diante de sinais de maior debilidade da atividade global, conforme revelaram as sondagens econômicas mundiais.

Aumentou o receio de desaceleração além do esperado no crescimento mundial, sobretudo em função das incertezas relacionadas às relações comerciais entre Estados Unidos e China.

As tensões externas e a volatilidade dos mercados globais não provocaram, no período, um aumento significativo da aversão global ao risco - de modo que, no Brasil, a condução da política monetária no curto prazo continuou largamente condicionada à evolução de fatores domésticos, o que levou o Banco Central a manter a taxa básica de juros em 6,5% ao ano.

Na economia interna, a inflação corrente e as expectativas inflacionárias passaram por um período consistente de descompressão, gerado em grande parte devido à queda dos preços do petróleo no mercado mundial.

Após as eleições, os pronunciamentos do governo eleito aumentaram a percepção de que as reformas, em especial da previdência, poderão ter uma tramitação mais acelerada, buscando a melhoria das condições fiscais do Brasil e boas perspectivas de crescimento econômico sustentado.

De acordo com os dados do relatório da Fenaprevi de dezembro de 2018, o encolhimento do mercado de previdência aberta em arrecadação foi de 7,9% ante ao mesmo período de 2017 (R$ 121,0 bilhões), totalizando R$ 111,5 bilhões. Este volume foi alavancado pela modalidade de produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), na qual a arrecadação atingiu o volume de R$ 97,5 bilhões, redução de 8,6% quando comparado ao exercício passado (R$ 106,6 bilhões). Em paralelo, a modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R$ 9,8 bilhões, decrescendo em relação a 2017 com variação de 4%.

Em dezembro de 2018, as reservas da indústria na soma das modalidades de produto PGBL e VGBL totalizaram R$ 799,9 bilhões, evolução de 10,8% ante ao mesmo período de 2017. Em reservas totais, incluindo o produto Tradicional, o resultado atingiu R$ 846,9 bilhões, registrando um incremento de 10,6% se comparado a 2017.

A BRASILPREV

Com 25 anos de existência e sede em São Paulo, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é líder e especialista no setor de previdência privada e tem formalizada em sua missão o compromisso com os clientes e suas famílias a atingirem seus projetos de vida, por meio de apoio consultivo confiável e experiência personalizada, ágil e inovadora. A Brasilprev tem como acionistas a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e a PFG do Brasil Ltda., que compõe a Principal, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos. A Companhia conta com as agências do BB como seu principal canal de distribuição de produtos.

Líder em ativos sob gestão, a empresa oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente atende a mais de 1,99 milhão de clientes, onde 13% fazem parte da carteira de planos empresariais e 87% de planos individuais, destes 30% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

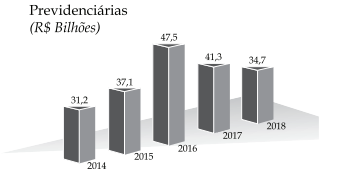
E, para atingir resultados sustentáveis, a Companhia tem realizado a execução de suas estratégias com foco no protagonismo do mercado e na evolução do setor, colocando o cliente em 1º lugar, formando uma cultura inovadora para melhorar a experiência dos participantes e maximizar a eficiência nos processos operacionais. Exemplo disso é o processo de migração de todos os planos da Brasilprev para um único sistema. Esta iniciativa possibilitará que a Brasilprev faça uma gestão mais eficiente da carteira de clientes, de forma padronizada e unificada, essencial para sustentar o crescimento da empresa e oferecer uma melhor experiência para todos os participantes.

No início de 2019, foram migrados aproximadamente 1 milhão de planos (que correspondem a 50% do total), um importante passo para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Além disso, a Brasilprev é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o seu comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG) nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) e a Declaração sobre Títulos Verdes.

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da empresa no acumulado do exercício de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017:

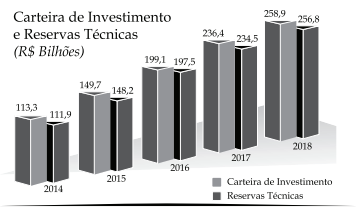
✓ As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R$ 34,7 bilhões, representando queda de 15,8% frente a 2017. No entanto, a empresa se manteve no primeiro lugar entre as seguradoras no *ranking* de arrecadação total.



A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 9,5%, totalizando R$ 258,9 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

✓ O saldo das reservas técnicas total evoluiu 9,5% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R$ 256,8 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R$ 2,1 bilhões a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

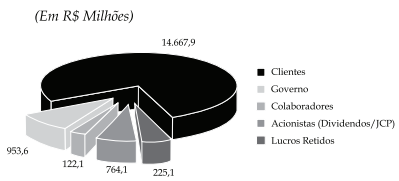


O resultado ajustado acumulado no exercício de 2018 antes dos impostos e participações foi de R$ 1.730,0 milhões, uma queda de 10% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2017.

O lucro líquido ajustado acumulado até dezembro de 2018 atingiu R$ 989,2 milhões, uma queda de 9% frente ao lucro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2017, que foi de R$ 1.091,2 milhões.

Conforme prevê o Estatuto Social da Companhia, as políticas, fixação do prazo de pagamento, bem como o efetivo pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio (desde que aplicadas as mesmas regras aplicáveis aos referidos dividendos intercalares ou intermediários), com base, em qualquer caso, nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais ou de periodicidade inferior, ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração, desde que assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da Companhia, ajustado na forma da Lei das S.A., é de competência do Conselho de Administração. No uso de suas competências e atribuições, o Conselho concedeu alçada do efetivo pagamento mensal dos dividendos intercalares e JCP à Diretoria Executiva, uma vez que semestralmente, juntamente com a aprovação das Demonstrações Financeiras, os valores pagos referentes ao semestre anterior são reportados a este Conselho.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até dezembro de 2018, proporcionou a seguinte distribuição de resultados:



PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Dentre os principais prêmios e reconhecimentos da Brasilprev em 2018, estão:

✓ "As 150 Melhores Empresas Para Trabalhar": pelo sexto ano, a Brasilprev foi eleita pelos colaboradores como uma das melhores empresas para trabalhar. A informação foi publicada na revista Você S/A, edição especial "As 150 Melhores Empresas Para Trabalhar" do Grupo Abril.

✓ "Guia de Previdência Valor/FGV": a Brasilprev foi reconhecida como a melhor gestora de Renda Fixa e fundos com conceito Data-Alvo na edição especial do Guia de Previdência Valor/FGV. O estudo, realizado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), analisou 570 fundos de investimento que recebem recursos de planos de previdência. Destes, foram listados mais de 50 fundos da Companhia, o que atesta a qualidade do trabalho de gestão de investimentos da Brasilprev.

✓ "Anuário Inovação Brasil": a Brasilprev foi listada como a quarta empresa mais inovadora do segmento de Seguros e Planos de Saúde no Anuário Inovação Brasil, realizado pelo Valor Econômico em parceria com a consultoria Strategy&.

✓ "XIX Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente": pela décima primeira vez a Companhia foi reconhecida na categoria Previdência e Capitalização desta iniciativa. O prêmio é organizado pelo Grupo Padrão com coordenação técnica do CIP - Centro de Inteligência Padrão em parceria com a OnYou - uma das maiores empresas especializadas em auditoria de qualidade do Brasil.

✓ "Empresa Legal": por seu engajamento na solução e prevenção de conflitos por meio da mediação, conciliação extrajudicial e do diálogo com os clientes a Brasilprev foi reconhecida como uma "Empresa Legal". Com o apoio do Ministério da Justiça e do Grupo Consumidor Moderno, os requisitos avaliados são decorrentes da atuação da Ouvidoria em parceria com todas as áreas da Companhia.

✓ "Finanças Mais": o jornal O Estado de S.Paulo listou a Brasilprev como terceira colocada no segmento de Previdência no *ranking* "Finanças Mais". A iniciativa analisou os dados apresentados nas demonstrações financeiras publicadas pelas empresas.

✓ "Certificação do *Institute of Internal Auditors* (IIA)": o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA na sigla em inglês) concedeu certificação à Auditoria Interna da Brasilprev. A Companhia entrou para o grupo de 16 empresas brasileiras que tiveram esta atividade atestada pela instituição, estando em conformidade com as normas que regem o *The IIA*.

✓ "Pesquisa DOM *Strategy Partners*": a Companhia foi listada no *ranking* das instituições financeiras que mais inovam no relacionamento com o cliente, segundo pesquisa da consultoria de marketing DOM *Strategy Partners*. O levantamento traz as 20 empresas dos setores bancário e financeiro melhores colocadas quando o assunto é propiciar novos incrementos na interação com o cliente.

✓ "Melhores Fornecedores para RH 2018": realizado pela editora Gestão e RH, a iniciativa reconheceu a Brasilprev pelos serviços oferecidos no setor de "Benefícios - Previdência Privada".

✓ "Marcas de Quem Decide": a Companhia foi reconhecida como a marca mais lembrada e preferida do segmento de Previdência Privada pelo prêmio, que classifica as marcas mais lembradas do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, leva em consideração a opinião de executivos em cargos de direção, proprietários de empresas e profissionais liberais do estado.

✓ "Prêmio Segurador Brasil": a Brasilprev foi vencedora na categoria "Destaque do Mercado em Previdência Privada" - Troféu "Empreendedor Brasil" na 15ª edição da premiação, promovida pela Editora Brasil Notícias e que reúne as principais lideranças e empresas dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

A T I V O	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	**248.444.570**	**226.550.182**
Disponível (nota 3b)	3.050	11
Caixa e bancos	3.050	11
Aplicações (nota 5)	247.807.391	225.919.563
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.756	1.609
Prêmios a receber	2.756	1.609
Créditos das operações com previdência complementar	670	314
Créditos de resseguros	670	314
Títulos e créditos a receber	62.586	48.146
Títulos e créditos a receber	56.594	41.250
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	2.155	4.523
Outros créditos	3.837	2.373
Despesas antecipadas	5.335	8.383
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	562.782	572.156
Seguros	541.574	549.766
Previdência	21.208	22.390
Ativo não circulante	**12.899.678**	**12.151.937**
Realizável a longo prazo	12.659.789	11.925.376
Aplicações (nota 5)	11.094.692	10.457.462
Títulos e créditos a receber	911.909	717.659
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	15.336	23.907
Depósitos judiciais e fiscais (nota 15)	896.573	693.752
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	653.188	750.255
Seguros	629.329	724.541
Previdência	23.859	25.714
Investimentos	75	75
Outros investimentos	75	75
Imobilizado (nota 7)	29.723	32.550
Bens móveis	15.074	13.126
Outras imobilizações	14.649	19.424
Intangível (nota 8)	210.091	193.936
Outros intangíveis	210.091	193.936
Total ativo	**261.344.248**	**238.702.119**

P A S S I V O	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	**32.338.382**	**30.329.876**
Contas a pagar	542.457	611.125
Obrigações a pagar	34.631	43.442
Impostos e encargos sociais a recolher (nota 9)	137.695	134.788
Encargos trabalhistas	9.950	11.036
Impostos e contribuições (nota 10)	360.181	421.859
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.145	8.352
Corretores de seguros e resseguros	5.145	8.352
Débitos de operações com previdência complementar	2.406	3.562
Débitos de resseguros	799	819
Outros débitos operacionais	1.607	2.743
Depósitos de terceiros (nota 11)	115.075	35.409
Provisões técnicas - Seguros (nota 14)	26.324.932	24.449.372
Vida com cobertura por sobrevivência	26.324.932	24.449.372
Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14)	5.348.367	5.222.056
Planos não bloqueados	5.348.367	5.222.056
Passivo não circulante	**226.130.268**	**205.708.782**
Provisões técnicas - Seguros (nota 14)	184.686.867	166.747.212
Vida com cobertura por sobrevivência	184.686.867	166.747.212
Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14)	40.405.712	38.101.284
Planos não bloqueados	40.405.712	38.101.284
Outros débitos (nota 15)	1.037.689	860.286
Provisões judiciais	1.037.689	860.286
Patrimônio líquido (nota 12)	**2.875.598**	**2.663.461**
Capital social	1.402.270	1.193.540
Reservas de lucros	1.471.371	1.469.098
Ajustes de avaliação patrimonial	1.957	823
Total passivo e patrimônio líquido	**261.344.248**	**238.702.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de contribuições e prêmios	**34.558.757**	**41.070.479**
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(34.392.272)	(40.849.643)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	**166.485**	**220.836**
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	2.623.629	2.382.458
(-) Variação de outras provisões técnicas	(46.477)	(21.395)
(-) Benefícios retidos	(4.059)	(76.376)
(-) Custos de aquisição (nota 16a)	(648.428)	(599.547)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(36.633)	(15.486)
(+) Contribuições para cobertura de riscos	188.495	197.327
(+) Variação das provisões técnicas de prêmios	867	866
(=) Prêmios ganhos	**189.362**	**198.193**
(-) Sinistros ocorridos	(17.393)	(12.577)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(14.949)	(15.058)
(-) Despesas administrativas (nota 16c)	(397.901)	(403.875)
(-) Despesas com tributos (nota 16d)	(201.044)	(186.965)
(+) Resultado financeiro (nota 16e)	117.534	452.538
(=) Resultado operacional	**1.730.126**	**1.922.746**
(-) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(79)	(2.646)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	**1.730.047**	**1.920.100**
(-) Imposto de renda (nota 17)	(398.596)	(442.196)
(-) Contribuição social (nota 17)	(333.459)	(370.893)
(-) Participações sobre o resultado	(8.801)	(15.853)
(=) Lucro líquido do exercício	**989.191**	**1.091.158**
Quantidade de ações	2.290.080	2.290.080
Lucro líquido por ação - R$	**431,95**	**476,47**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	989.191	1.091.158
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.890	2.114
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(756)	(847)
Resultado abrangente	**1.134**	**1.267**
Resultado abrangente total	**990.325**	**1.092.425**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 26 de fevereiro de 2019 às 02:04:16.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**1.193.540**	**-**	**228.816**	**978.312**	**(444)**	**-**	**2.400.224**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.267	-	1.267
Dividendos pagos - AGE de 09/02/2017, 18/04/2017, 19/06/2017, 20/09/2017 e CA de 19/12/2017	-	-	-	(640.864)	-	-	(640.864)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.091.158	1.091.158
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(71.757)	(71.757)
Distribuição do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	9.891	-	-	(9.891)	-
Reserva estatutária	-	-	-	892.943	-	(892.943)	-
Dividendos pagos - AGO/E de 04/08/2017	-	-	-	-	-	(116.567)	(116.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.193.540**	**-**	**238.707**	**1.230.391**	**823**	**-**	**2.663.461**
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**1.193.540**	**-**	**238.707**	**1.230.391**	**823**	**-**	**2.663.461**
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 29/03/2018	-	208.730	-	(208.730)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/DIORG nº 1110 de 24/10/2018	208.730	(208.730)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.134	-	1.134
Dividendos pagos (nota 12)	-	-	-	(464.097)	-	-	(464.097)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	989.191	989.191
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(75.810)	(75.810)
Proposta para distribuição do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	41.746	-	-	(41.746)	-
Reserva estatutária	-	-	-	633.354	-	(633.354)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(238.281)	(238.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.402.270**	**-**	**280.453**	**1.190.918**	**1.957**	**-**	**2.875.598**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	**31.12.2018**	**31.12.2017**
Lucro líquido do exercício	989.191	1.091.158
Ajustes para:		
Depreciação	7.235	6.385
Despesas antecipadas	7.941	4.188
Custos de aquisição diferidos	106.441	(56.294)
Variação de outras provisões técnicas	(7.861)	(29.113)
Atualização monetária das provisões técnicas	14.593.406	19.403.646
Amortização de ativos intangíveis	27.176	29.551
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	79	2.646
Lucro líquido ajustado do exercício	**15.723.608**	**20.452.167**
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(22.525.058)	(37.229.931)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.503)	(281)
Créditos fiscais e previdenciários	10.939	567
Despesas antecipadas	(4.893)	(11.306)
Outros ativos	(16.806)	(20.536)
Depósitos judiciais e fiscais	(202.821)	(175.283)
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.811)	(839)
Impostos e contribuições	684.153	722.353
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.207)	(5.433)
Débitos das operações com previdência complementar	(1.156)	359
Depósitos de terceiros	79.666	(9.269)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	8.377.223	18.315.336
Provisões técnicas - Previdência complementar	(716.815)	(703.503)
Provisões judiciais	177.403	202.003
Outros passivos	1.821	(2.338)
Ajuste valor justo ativos financeiros	1.134	1.267
Caixa consumido pelas operações	**(14.148.731)**	**(18.916.834)**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(402.249)	(354.698)
Contribuição social sobre o lucro pago	(343.583)	(298.498)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**829.045**	**882.137**
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	88	792
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	(75)
Imobilizado	(6.074)	(16.639)
Intangível	(41.832)	(37.028)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(47.818)**	**(52.950)**
Atividade de financiamento		
Dividendos pagos	(702.378)	(757.431)
Juros sobre capital próprio pagos	(75.810)	(71.757)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(778.188)**	**(829.188)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.039	(1)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	11	12
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.050	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias).

A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2019.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3k.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.

As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.

III. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "*impaired*", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice Ibovespa são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

f) Custos de aquisição diferidos

São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciação do imobilizado

- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível

Licenças de *software* e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuível à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.

O teste de *impairment* é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação.

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "*pro-rata die*") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe das carteiras de morte e invalidez com a RGA Global Reinsurance Company e Terra Brasis Resseguros S.A., com 60% e 40% de participação do risco, respectivamente. E o contrato de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais resseguro rados em relação ao total das carteiras são, respectivamente, 2,55% e 4,44%. A Munich Re e a Terra Brasis estão classificadas como resseguradora local e a RGA como resseguradora admitida, e apresentam *rating* AA-, brAA+ e AA-, respectivamente.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "*pro-rata die*" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 60 meses sendo bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3l.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes, correspondente principalmente a resgates e benefícios.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

l) Teste de adequação dos passivos (LAT - *Liability Adequacy Test*)

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no §3º do artigo 47 da Circular SUSEP nº 543/2016; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.

Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ alternativa de extrapolação denominada "*Ultimate Forward Rate - UFR*", aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.

O teste de adequação de passivo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2018 apresentou insuficiência total no montante de R$ 1.615 milhões. A insuficiência aumentou em R$ 667 milhões quando comparada com dezembro de 2017, o principal componente desse aumento foi a variação da ETTJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no § 2º do artigo 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", utilizados na cobertura dos respectivos passivos. Esta diferença aumentou, por conta do aumento da curva de taxas de juros futuro, R$ 799 milhões em relação a dezembro de 2017.

m) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 15.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

De acordo com a política da Companhia, o teste de *impairment* é realizado anualmente considerando:

(i) Carteira de clientes que possuíam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência; e

(ii) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste realizado em dezembro de 2018 não indicou evidências de perda por *impairment*.

o) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R$ 240, e a contribuição social à alíquota de 20% conforme Lei nº 13.169/2015 e Instrução Normativa nº 1.591/2015. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estejam relacionados a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.

q) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

I. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17.

II. CPC 06 - R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

III. IFRS 17 - Contratos de seguros

O IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06-R2 (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações;
- Nota 14 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
- Nota 15 - Provisões judiciais; e
- Nota 17 - Créditos tributários e previdenciários.

5 APLICAÇÕES

	31.12.2018				31.12.2017			
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
Valor justo por meio do resultado	**242.764.937**	**247.807.391**	**5.042.454**	**95,71**	**220.117.046**	**225.919.563**	**5.802.517**	**95,58**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**2.291.766**	**2.308.334**	**16.568**	**0,90**	**1.607.884**	**1.619.421**	**11.537**	**0,69**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	19.998	17.622	(2.376)	0,01	20.872	18.671	(2.201)	0,01
Contratos DI Futuro	49	49	-	-	(299)	(299)	-	-
Debêntures	6.235	6.309	74	-	5.998	5.954	(44)	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	82.007	82.749	742	0,03	494.436	501.186	6.750	0,21
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	438.126	437.963	(163)	0,17	12.978	12.995	17	0,01
Letras Hipotecárias (LH)	46.711	50.708	3.997	0,02	44.504	48.030	3.526	0,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	343.029	361.642	18.613	0,14	109.644	112.160	2.516	0,05
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	-	67.375	70.462	3.087	0,03
Operação Compromissada	1.361.738	1.361.738	-	0,53	857.425	857.425	-	0,36
Cotas de FDIC de outros Bancos	5.000	681	(4.319)	-	5.000	2.886	(2.114)	-
Outros (*)	(11.127)	(11.127)	-	-	(10.049)	(10.049)	-	-
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**240.245.311**	**245.273.884**	**5.028.573**	**94,73**	**218.281.740**	**224.081.087**	**5.799.347**	**94,79**
Ações (**)	2.235.325	2.235.325	-	0,86	1.666.019	1.666.019	-	0,70
Cotas de Fundos	95.775	95.775	-	0,04	47.355	47.355	-	0,02
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	2.648	2.591	(57)	-	3.260	3.194	(66)	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	165.362	165.445	83	0,06	-	-	-	-
Contratos DI Futuro	(39.379)	(39.379)	-	(0,02)	(109.248)	(109.248)	-	(0,05)
Contratos Futuros de Ibovespa	11.652	11.652	-	-	379	379	-	-
Debêntures	3.423.400	3.314.308	(109.092)	1,28	3.850.569	3.717.961	(132.608)	1,57
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	38.128.928	39.803.888	1.674.960	15,37	51.434.285	54.374.081	2.939.796	23,00
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	105.055.941	105.057.017	1.076	40,59	78.516.100	78.524.121	8.021	33,23
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	38.213.562	38.973.685	760.123	15,05	26.525.511	27.227.064	701.553	11,52
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	33.494.537	36.145.421	2.650.884	13,96	31.699.678	33.952.605	2.252.927	14,36
Operação Compromissada	7.106.947	7.106.947	-	2,75	12.768.426	12.768.426	-	5,40
Cotas de FDIC	163.457	127.301	(36.156)	0,05	300.945	199.765	(101.180)	0,08
Nota Promissória (NP)	67.021	67.626	605	0,03	62.328	63.304	976	0,03
Letra Financeira (LF)	12.164.049	12.250.196	86.147	4,73	11.473.086	11.603.014	129.928	4,91
Dolar Comercial Futuro	374	374	-	-	-	-	-	-
Contratos IPCA Futuro	24	24	-	-	-	-	-	-
Opção de Compra	(498)	(498)	-	-	-	-	-	-
Outros (*)	(43.814)	(43.814)	-	(0,02)	43.047	43.047	-	0,02
Carteira Própria	**227.860**	**225.173**	**(2.687)**	**0,08**	**227.422**	**219.055**	**(8.367)**	**0,10**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	63.784	59.080	(4.704)	0,02	67.088	61.695	(5.393)	0,03
Letras Hipotecárias (LH)	164.076	166.093	2.017	0,06	160.334	157.360	(2.974)	0,07
Disponível para venda	**44.961**	**48.224**	**3.263**	**0,02**	**43.770**	**45.143**	**1.373**	**0,02**
Carteira Própria	**44.961**	**48.224**	**3.263**	**0,02**	**43.770**	**45.143**	**1.373**	**0,02**
Debêntures	44.961	48.224	3.263	0,02	43.770	45.143	1.373	0,02
Mantidos até o vencimento (***)	**11.046.468**	**14.429.637**	**-**	**4,27**	**10.412.319**	**12.955.070**	**-**	**4,40**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**6.183.491**	**8.115.500**	**-**	**2,39**	**5.843.429**	**7.281.800**	**-**	**2,47**
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	23.978	24.885	-	0,01	21.931	21.982	-	0,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.659.039	3.500.315	-	1,03	2.541.496	3.147.277	-	1,08
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.444.757	4.528.998	-	1,33	3.225.475	4.052.150	-	1,36
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	55.717	61.302	-	0,02	54.527	60.391	-	0,02
Carteira Própria	**4.862.977**	**6.314.137**	**-**	**1,88**	**4.568.890**	**5.673.270**	**-**	**1,93**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.224.969	2.656.661	-	0,86	2.124.532	2.387.965	-	0,90
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2.638.008	3.657.476	-	1,02	2.444.358	3.285.305	-	1,03
Total das Aplicações	**253.856.366**	**262.285.252**	**5.045.717**	**100,00**	**230.573.135**	**238.919.776**	**5.803.890**	**100,00**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos

(**) As ações estão representadas pelo valor justo

(***) A mais valia correspondente ao valor justo dos títulos mantidos até o vencimento monta a R$ 3.383.169 (R$ 2.542.751 em dezembro de 2017)

Valor justo

O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados como "Mantidos até o Vencimento", foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para fins de divulgação apresentamos o valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A diferença entre o valor justo e o valor contábil desses ativos na data-base de 31 de dezembro de 2018 é de R$ 3.383.169 (R$ 2.542.751 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$ 2.898.928 referem-se a ativos garantidores de provisões técnicas.

Os títulos públicos federais, classificados como "valor justo por meio do resultado", foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.

Os demais instrumentos financeiros privados, classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado são apurados em consonância com a Instrução CVM nº 438/2006 e alterações, recomendações do Código de Auto-Regulamentação da ANBIMA e com o manual de precificação do Administrador dos instrumentos financeiros, a saber:

a) Debêntures: Com relação aos títulos divulgados na Tabela da ANBIMA, utilizam-se as cotações fornecidas por esta instituição. As demais debêntures são mensuradas por meio de metodologia própria - *marked to model* - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures - SND. Para fins de valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND.

b) Ativos Pós-Fixados Indexados à Taxa SELIC ou DI - CDB: Devido a ausência de um mercado secundário ativo, foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado dos CDBs que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas efetuadas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP.

c) Letra Financeira - LF: Devido a ausência de um mercado secundário ativo que forneça volume, taxa e emissor para os títulos privados indexados ao IPCA (CDB, DPGE e Letra Financeira), elaboramos modelo de marcação a mercado que utiliza como base a Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada - ETTJ da ANBIMA, onde as curvas de juros zero-cupom soberanas são extraídas a partir das taxas dos títulos públicos prefixados e atrelados ao IPCA, além da inflação implícita nas curvas.

d) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI: Na B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão existe o Preço de Referência de Fechamento (PRF) do BOVESPA FIX, que é o resultado de um processo de formação de preços com regras claras e transparentes de negociação, conforme Manual de Preço Referencial de Debêntures. Essa formação de preços, associada à transparência proporcionada pelo sistema - uma vez que as ofertas, negócios e preços de fechamento são disseminadas para todo o mercado em tempo real - permite utilizar o PRF para a Marcação a Mercado - MaM dos CRIs.

e) Operação Compromissada Pós-Fixadas: Para operações compromissadas em que o período é de 1 (um) dia, será utilizado a taxa da emissão da operação. Nos períodos maiores, será adotada a taxa obtida pela estrutura temporal de juros.

f) Letras Hipotecárias - LH: Para o cálculo de marcação a mercado utilizam-se os cupons de juros a serem pagos na data e a taxa interna de retorno, em base de dias corridos entre a data do cálculo e a data do pagamento.

Movimentação das aplicações financeiras

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial do exercício	**236.377.025**	**199.147.094**
Aplicações	64.279.309	65.858.003
Resgates	(56.541.560)	(48.467.055)
Receita financeira	14.785.382	19.836.804
Outros (*)	1.927	2.179
Saldo final do exercício	**258.902.083**	**236.377.025**

(*) Representam movimentações de caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	31.12.2018				
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**1.351.292**	**36.186**	**483.519**	**6.620.828**	**8.491.825**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	186.575	3.258.182	3.444.757
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	30.712	2.989.969	3.020.681
Operação Compromissada	1.361.738	-	-	-	1.361.738
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	50.708	-	50.708
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	55.717	-	55.717
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	36.186	70.541	-	106.727
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	82.950	355.013	437.963
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	17.622	17.622
Debêntures	-	-	6.309	-	6.309
Contratos DI Futuro	-	-	7	42	49
Cotas de FDIC de outros Bancos	681	-	-	-	681
Outros (*)	(11.127)	-	-	-	(11.127)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**10.703.189**	**11.348.714**	**176.919.281**	**46.302.700**	**245.273.884**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	4.910.654	27.700.623	6.362.408	38.973.685
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	106.445	59.000	-	-	165.445
Operação Compromissada	7.106.947	-	-	-	7.106.947
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	20.971	-	21.548.794	14.575.656	36.145.421
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	1.482	80.070.798	24.984.737	105.057.017
Cotas de Fundos	95.775	-	-	-	95.775
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.054.733	1.622.663	37.126.492	-	39.803.888
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	382	1.911	298	2.591
Debêntures	-	613.997	2.306.281	394.030	3.314.308
Ações (**)	2.235.325	-	-	-	2.235.325
Cotas de FDIC	127.301	-	-	-	127.301
Letra Financeira (LF)	-	4.128.488	8.121.708	-	12.250.196
Nota Promissória (NP)	-	-	67.626	-	67.626
Contratos Futuros de Ibovespa	-	11.652	-	-	11.652
Contratos DI Futuro	-	25	(24.975)	(14.429)	(39.379)
Dolar Comercial Futuro	-	374	-	-	374
Contratos IPCA Futuro	-	1	23	-	24
Opção de Compra	(498)	-	-	-	(498)
Outros (*)	(43.810)	(4)	-	-	(43.814)
Carteira Própria	**-**	**-**	**723.741**	**4.412.633**	**5.136.374**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	552.554	2.085.454	2.638.008
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	2.224.969	2.224.969
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	166.093	-	166.093
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	5.094	53.986	59.080
Debêntures	-	-	-	48.224	48.224
Total de Aplicações	**12.054.481**	**11.384.900**	**178.126.541**	**57.336.161**	**258.902.083**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

(**) As ações estão representadas pelo valor justo.

Continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

	31.12.2017				
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**847.370**	**105**	**892.864**	**5.722.511**	**7.462.850**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	169.443	3.056.032	3.225.475
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	16.341	2.637.315	2.653.656
Operação Compromissada	857.425	-	-	-	857.425
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	48.030	-	48.030
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	114.372	10.617	124.989
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	523.117	-	523.117
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	12.995	-	12.995
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	99	-	18.572	18.671
Debêntures	-	-	5.954	-	5.954
Contratos DI Futuro	-	-	(274)	(25)	(299)
Cotas de FDIC de outros Bancos	-	-	2.886	-	2.886
Outros (*)	(10.055)	6	-	-	(10.049)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**16.341.916**	**11.337.877**	**160.111.868**	**36.289.426**	**224.081.087**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	2.854.813	16.526.133	7.846.118	27.227.064
Operação Compromissada	12.768.426	-	-	-	12.768.426
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	262.132	-	7.353.915	26.336.558	33.952.605
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	24.137	76.571.775	1.928.209	78.524.121
Cotas de Fundos R.F.	47.355	-	-	-	47.355
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	569.848	3.647.081	50.157.152	-	54.374.081
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	17	763	2.414	3.194
Debêntures	16.193	822.347	2.630.775	248.645	3.717.960
Ações (**)	1.666.019	-	-	-	1.666.019
Cotas de FDIC de outros Bancos	22	50.200	149.543	-	199.765
Letra Financeira (LF)	968.896	3.938.881	6.695.237	-	11.603.014
Nota Promissória (NP)	-	-	63.304	-	63.304
Contratos Futuros de Ibovespa	(16)	395	-	-	379
Contratos DI Futuro	-	-	(36.729)	(72.518)	(109.247)
Outros (*)	43.041	6	-	-	43.047
Carteira Própria	**-**	**-**	**652.672**	**4.180.416**	**4.833.088**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	495.312	1.949.046	2.444.358
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	2.124.532	2.124.532
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	157.360	-	157.360
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	61.695	61.695
Debêntures	-	-	-	45.143	45.143
Total de Aplicações	**17.189.286**	**11.337.982**	**161.657.404**	**46.192.353**	**236.377.025**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.
(**) As ações estão representadas pelo valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía em seus fundos de investimento vinculados aos planos PGBL e VGBL, contratos de compra de índices futuros de DI, contratos de índice futuro Ibovespa, contratos de opções de compras e contratos de dólar comercial futuro e contratos de IPCA futuro. As operações em aberto têm vencimentos entre janeiro de 2019 e janeiro de 2029.

O valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo do fundo e apropriados diariamente como receita ou despesa no resultado. Em 31 de dezembro de 2018, o diferencial a pagar, registrado em conta de passivo dos fundos, totalizava R$ 27.778 (R$ 109.167 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor referencial derivativo	Valor justo	Valor referencial derivativo	Valor justo
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**(56.194.150)**	**(27.827)**	**(58.098.080)**	**(108.867)**
Contratos Futuros de Ibovespa	**351.956**	**11.652**	**112.413**	**380**
Posição Ativa	**351.956**	**11.652**	**129.788**	**296**
Até 12 meses	351.956	11.652	129.788	296
Posição Passiva	**-**	**-**	**(17.375)**	**84**
Até 1 mês	-	-	(16.430)	(16)
Até 12 meses	-	-	(945)	100
Contratos DI Futuro	**(56.522.138)**	**(39.379)**	**(58.210.493)**	**(109.247)**
Posição Ativa	**2.091.217**	**301**	**944.112**	**2.318**
Até 1 mês	-	-	299.841	-
Até 12 meses	536.895	25	-	-
De 1 a 5 anos	1.554.322	276	360.337	323
Acima de 5 anos	-	-	283.934	1.995
Posição Passiva	**(58.613.355)**	**(39.680)**	**(59.154.605)**	**(111.565)**
Até 1 mês	(585.212)	-	-	-
Até 12 meses	(24.236)	(1)	-	-
De 1 a 5 anos	(48.477.634)	(25.250)	(43.111.829)	(37.052)
Acima de 5 anos	(9.526.273)	(14.429)	(16.042.776)	(74.513)
Dólar Comercial Futuro	**(93.086)**	**374**	**-**	**-**
Posição Passiva	**(93.086)**	**374**	**-**	**-**
Até 12 meses	(93.086)	374	-	-
Opção de Compra	**(498)**	**(498)**	**-**	**-**
Posição Passiva	**(498)**	**(498)**	**-**	**-**
Até 1 mês	(498)	(498)	-	-
Contratos IPCA Futuro	**69.616**	**24**	**-**	**-**
Posição Ativa	**69.616**	**24**	**-**	**-**
Até 12 meses	5.044	1	-	-
De 1 a 5 anos	64.572	23	-	-
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**(103.822)**	**49**	**(262.499)**	**(300)**
Contratos DI Futuro	**(103.822)**	**49**	**(262.499)**	**(300)**
Posição Ativa	**112.487**	**91**	**-**	**-**
De 1 a 5 anos	81.151	49	-	-
Acima de 5 anos	31.336	42	-	-
Posição Passiva	**(216.309)**	**(42)**	**(262.499)**	**(300)**
Até 12 meses	(19.691)	-	-	-
De 1 a 5 anos	(196.618)	(42)	(255.039)	(275)
Acima de 5 anos	-	-	(7.460)	(25)
Total	**(56.297.972)**	**(27.778)**	**(58.360.579)**	**(109.167)**

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* e ou sintetizar posições na carteira da Companhia. No caso dos contratos futuros de DI, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional (série F) ou sintetizar o comportamento de um título pré-fixado sem cupom. Os contratos futuros de Ibovespa são utilizados para refletir à variação de preço do Índice Bovespa. Os contratos do Dólar Futuro, buscam o *hedge* da porção investida em fundos com variação cambial. Nos contratos futuros de cupom de IPCA, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Notas do Tesouro Nacional (série B) ou sintetizar o comportamento de um título pós-fixado indexado ao IPCA sem cupom. Por fim, utilizamos o lançamento coberto de opções de compra de ações para minimizar os efeitos da variação do papel e garantir uma taxa de retorno no caso do exercício.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Estimativa de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2018			31.12.2017		
Valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
	223.293.669	**24.568.663**	**247.807.391**	**196.581.531**	**29.305.034**	**225.919.563**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**883.084**	**1.436.377**	**2.308.334**	**699.390**	**930.080**	**1.619.421**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	17.622	17.622	-	18.671	18.671
Contratos DI Futuro	49	-	49	(299)	-	(299)
Debêntures	-	6.309	6.309	-	5.954	5.954
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	82.749	-	82.749	501.186	-	501.186
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	437.963	-	437.963	12.995	-	12.995
Letras Hipotecárias (LH)	-	50.708	50.708	-	48.030	48.030
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	361.642	-	361.642	112.160	-	112.160
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	70.462	-	70.462
Operação Compromissada	-	1.361.738	1.361.738	-	857.425	857.425
Cotas de FDIC	681	-	681	2.886	-	2.886
Outros (*)	-	-	(11.127)	-	-	(10.049)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	**222.410.585**	**22.907.113**	**245.273.884**	**195.882.141**	**28.155.899**	**224.081.087**
Ações (**)	2.235.325	-	2.235.325	1.666.019	-	1.666.019
Cotas de Fundos	95.775	-	95.775	47.355	-	47.355
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	165.445	165.445	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	2.591	2.591	-	3.194	3.194
Contratos DI Futuro	(39.379)	-	(39.379)	(109.248)	-	(109.248)

	31.12.2018			31.12.2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Contratos Futuros de Ibovespa	11.652	-	11.652	379	-	379
Debêntures	-	3.314.308	3.314.308	-	3.717.961	3.717.961
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	39.803.888	-	39.803.888	54.374.081	-	54.374.081
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	105.057.017	-	105.057.017	78.524.121	-	78.524.121
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	38.973.685	-	38.973.685	27.227.064	-	27.227.064
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	36.145.421	-	36.145.421	33.952.605	-	33.952.605
Operação Compromissada	-	7.106.947	7.106.947	-	12.768.426	12.768.426
Cotas de FDIC de outros Bancos	127.301	-	127.301	199.765	-	199.765
Nota Promissória (NP)	-	67.626	67.626	-	63.304	63.304
Letra Financeira (LF)	-	12.250.196	12.250.196	-	11.603.014	11.603.014
Dólar Comercial Futuro	374	-	374	-	-	-
Contratos IPCA Futuro	24	-	24	-	-	-
Opção de Compra	(498)	-	(498)	-	-	-
Outros (*)	-	-	(43.814)	-	-	43.047
Carteira Própria	**-**	**225.173**	**225.173**	**-**	**219.055**	**219.055**
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	59.080	59.080	-	61.695	61.695
Letras Hipotecárias (LH)	-	166.093	166.093	-	157.360	157.360
Disponível para venda	**-**	**48.224**	**48.224**	**-**	**45.143**	**45.143**
Carteira Própria	**-**	**48.224**	**48.224**	**-**	**45.143**	**45.143**
Debêntures	-	48.224	48.224	-	45.143	45.143
Mantidos até o vencimento	**14.429.637**	**-**	**14.429.637**	**12.955.070**	**-**	**12.955.070**
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	**8.115.500**	**-**	**8.115.500**	**7.281.800**	**-**	**7.281.800**
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	24.885	-	24.885	21.982	-	21.982
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	3.500.315	-	3.500.315	3.147.277	-	3.147.277
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	4.528.998	-	4.528.998	4.052.150	-	4.052.150
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	61.302	-	61.302	60.391	-	60.391
Carteira Própria	**6.314.137**	**-**	**6.314.137**	**5.673.270**	**-**	**5.673.270**
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.656.661	-	2.656.661	2.387.965	-	2.387.965
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.657.476	-	3.657.476	3.285.305	-	3.285.305
Total Aplicações	**237.723.306**	**24.616.887**	**262.285.252**	**209.536.601**	**29.350.177**	**238.919.776**

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.
(**) As ações estão representadas pelo valor justo.

Taxas médias contratadas

As taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, são as seguintes: IPCA + 4,88%; PRÉ 10,97%; 100% da SELIC; IGPM + 9,11%; CDI + 1,36%; e 104,29% do CDI.

6 COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R$ 256.765.877 (R$ 234.519.924 em 31 de dezembro de 2017), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e alterações.

	31.12.2018	31.12.2017
Total das provisões técnicas a ser coberto	256.765.878	234.519.924
Aplicações/Ativos garantidores	258.902.083	236.377.025
Ativos livres	2.136.205	1.857.101

7 ATIVO IMOBILIZADO

31.12.2018	Equipamentos de telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	21.124	8.697	40	29.682	59.543
Depreciação acumulada	(12.885)	(3.815)	(35)	(10.258)	(26.993)
Saldo 31/12/2017 líquido	**8.239**	**4.882**	**5**	**19.424**	**32.550**
Adições	4.841	638	-	595	6.074
Transferências	-	-	-	(1.493)	(1.493)
Baixas	(664)	(295)	(40)	(118)	(1.117)
Depreciações	(1.970)	(597)	35	(3.759)	(6.291)
Saldo 31/12/2018 líquido	**10.446**	**4.628**	**-**	**14.649**	**29.723**
Custo	25.301	9.040	-	28.666	63.007
Depreciação acumulada	(14.855)	(4.412)	-	(14.017)	(33.284)

31.12.2017	Equipamentos de telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	17.870	7.059	40	21.281	46.250
Depreciação acumulada	(10.697)	(3.245)	(27)	(7.438)	(21.407)
Saldo 31/12/2016 líquido	**7.173**	**3.814**	**13**	**13.843**	**24.843**
Adições	3.791	1.852	-	10.996	16.639
Baixas	(537)	(214)	-	(2.596)	(3.347)
Depreciações	(2.188)	(570)	(8)	(2.819)	(5.585)
Saldo 31/12/2017 líquido	**8.239**	**4.882**	**5**	**19.424**	**32.550**
Custo	21.124	8.697	40	29.682	59.543
Depreciação acumulada	(12.885)	(3.815)	(35)	(10.258)	(26.993)

8 ATIVO INTANGÍVEL

31.12.2018	Carteira/ canal (1)	Desenvolvimento de sistema - Projetos	Licenças de uso de *software*	Total
Custo	142.321	169.115	44.866	356.302
Amortização acumulada	(49.463)	(88.715)	(24.188)	(162.366)
Saldo 31/12/2017 líquido	**92.858**	**80.400**	**20.678**	**193.936**
Adições	-	38.380	3.452	41.832
Transferências	-	-	1.493	1.493
Baixas	-	(483)	(17)	(500)
Amortizações	(6.122)	(14.581)	(5.967)	(26.670)
Saldo 31/12/2018 líquido	**86.736**	**103.716**	**19.639**	**210.091**
Custo	142.321	207.012	49.794	399.127
Amortização acumulada	(55.585)	(103.296)	(30.155)	(189.036)

31.12.2017	Carteira/ canal (1)	Desenvolvimento de sistema - Projetos	Licenças de uso de *software*	Total
Custo	142.321	142.664	38.228	323.213
Amortização acumulada	(41.439)	(73.408)	(21.017)	(135.864)
Saldo 31/12/2016 líquido	**100.882**	**69.256**	**17.211**	**187.349**
Adições	-	30.230	6.798	37.028
Baixas	-	(3.779)	(160)	(3.939)
Amortizações	(8.024)	(15.307)	(3.171)	(26.502)
Saldo 31/12/2017 líquido	**92.858**	**80.400**	**20.678**	**193.936**
Custo	142.321	169.115	44.866	356.302
Amortização acumulada	(49.463)	(88.715)	(24.188)	(162.366)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

9 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido	130.644	127.656
Imposto sobre serviço retido	4.357	4.128
Contribuições previdenciárias	1.546	1.918
Outros impostos e encargos	1.148	1.086
Total	**137.695**	**134.788**

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda (*)	246.676	292.841
Contribuição social (*)	107.220	124.663
Cofins	4.046	4.009
Pis	319	334
Outros	1.920	12
Total	**360.181**	**421.859**

(*) Apresentado líquido das antecipações conforme nota explicativa nº 17.

11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	31.12.2018	31.12.2017
Até 30 dias	112.672	32.989
De 31 a 180 dias	50	93
De 181 a 360 dias	21	72
Acima de 360 dias	2.332	2.255
Total	**115.075**	**35.409**

Aproximadamente 98% do total apresentado em 2018 refere-se a arrecadação recebida no último dia do mês.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais.

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada.

Foi deliberada pelos administradores, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2018, nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de fevereiro de 2018, 28 de março de 2018, 24 de abril de 2018, 24 de maio de 2018 e Reunião da Diretoria de 26 de junho de 2018, 25 de julho de 2018, 14 de agosto de 2018, 18 de setembro de 2018, 16 de outubro de 2018, 13 de novembro de 2018, 18 de dezembro de 2018 e 26

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

de dezembro de 2018 a aprovação de distribuição mensal de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, foi calculado com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Durante o exercício de 2018, foram distribuídos R$ 778.188 entre dividendos e juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio no montante de R$ 75.810 como distribuição de parte do resultado do exercício, (ii) dividendos no montante de R$ 702.378 sendo que (a) a parcela no montante de R$ 238.281 foi paga como antecipação da distribuição do resultado do exercício, e (b) o montante de R$ 464.097 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária, sendo R$ 66.829 relativos ao exercício de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2018, foi deliberado o aumento e integralização de capital no montante de R$ 208.730 (aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 1110 de 24 de outubro 2018) e a distribuição do lucro do exercício de 2017, no montante de R$ 1.091.158, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R$ 9.891, (ii) pagamento de dividendos no montante de R$ 116.567 pagos durante o exercício de 2017, a título de antecipação, (iii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 71.757, (iv) reserva estatutária no montante de R$ 892.943.

O total de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos a 2018 representa 77% do lucro líquido do exercício.

O montante creditado a título de juros sobre capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R$ 34.115.

A reserva legal é constituída, ao final do exercício, para garantir a integridade do capital social. A constituição é realizada com 5% do lucro líquido do exercício até que atinja 20% do capital social.

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, até que, quando somada à reserva legal, atinja o limite de 100% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

A distribuição do lucro líquido do exercício aconteceu conforme abaixo:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	989.191	1.091.158
Constituição reserva legal	41.746	9.891
Dividendos pagos	238.281	116.567
Juros sobre o capital próprio creditados (valores brutos)	75.810	71.757
Dividendos propostos (*)	52.703	66.829
Constituição reserva estatutária	580.651	826.114

(*) A aprovação do referido dividendo ocorreu em Reunião de Diretoria realizada em 15 de janeiro de 2019.

13 DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio líquido	**2.875.598**	**2.663.461**
Ajustes contábeis:		
(-) Despesas antecipadas	(5.335)	(8.383)
(-) Intangível	(210.091)	(193.936)
(-) Obras de arte	(75)	(75)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(607.985)	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.860.743	1.398.513
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(888.195)	(521.343)
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	80.088	38.417
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	263.546	219.627
Patrimônio líquido ajustado (a)	**3.368.294**	**3.596.281**
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	**1.999.649**	**1.840.637**
Capital Base (c)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco (d)	1.999.649	1.840.637
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.394.709	1.297.813
Capital Adicional de Risco de Crédito	105.974	177.364
Capital Adicional de Risco Operacional	205.413	187.616
Capital Adicional de Risco de Mercado	745.449	591.688
Redução de Correlação de Riscos	(451.896)	(413.844)
Suficiência de Capital (a) - (b)	**1.368.645**	**1.755.644**

O índice de liquidez em relação ao CR em 31 de dezembro de 2018 é de 106,83% e o requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20% deduzido deste o valor do superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, equivalente à R$ 2.136.205 (nota explicativa 6) e R$ 383.912, respectivamente.

Conforme disposições transitórias, artigo 64-a, da Resolução 343/2016, a dedução dos custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à provisão para prêmios não ganhos (PPNG), dar-se-á entre 31 de dezembro de 2018 e 2020.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

14 PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31.12.2018			
Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Matemática de benefícios a conceder	34.859.332	210.411.055	7.295.916	252.566.303
Matemática de benefícios concedidos	634.461	222.556	2.148.092	3.005.109
Excedente Financeiro	113	58	662.082	662.253
Sinistros a Liquidar	1.203	1.709	37.094	40.006
Resgates e Outros Valores a Regularizar	40.692	348.136	4.598	393.426
Despesas Relacionadas	17.058	28.285	27.725	73.068
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	16.666	16.666
Prêmios não Ganhos	-	-	9.047	9.047
Total das provisões técnicas	**35.552.859**	**211.011.799**	**10.201.220**	**256.765.878**
Custos de aquisição diferidos	**44.927**	**1.170.903**	**140**	**1.215.970**

(*) Inclui as coberturas de risco

	31.12.2017			
Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Matemática de benefícios a conceder	33.426.882	190.651.153	6.683.596	230.761.631
Matemática de benefícios concedidos	539.282	154.960	1.864.126	2.558.368
Excedente Financeiro	1.097	539	627.402	629.038
Sinistros a Liquidar	982	811	37.683	39.476
Resgates e Outros Valores a Regularizar	76.686	345.647	2.438	424.771
Despesas Relacionadas	25.700	43.474	17.369	86.543
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	10.216	10.216
Prêmios não Ganhos	-	-	9.881	9.881
Total das provisões técnicas	**34.070.629**	**191.196.584**	**9.252.711**	**234.519.924**
Custos de aquisição diferidos	**47.947**	**1.274.307**	**157**	**1.322.411**

(*) Inclui as coberturas de risco

Movimentação das provisões técnicas

Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**34.070.629**	**191.196.584**	**9.252.711**	**234.519.924**
(+) Contribuições líquidas de carregamento	2.435.009	31.706.059	251.158	34.392.226
(-) Pagamento de benefícios/sinistros	(242.010)	(157.795)	(313.226)	(713.031)
(-) Pagamento de resgates	(1.680.349)	(16.559.417)	(256.892)	(18.496.658)
(-) Pagamento de devolução de saldo	(88.488)	(3.835.373)	(7.853)	(3.931.714)
(+/-) Portabilidades líquidas	(896.651)	(2.785.252)	(40.168)	(3.722.071)
(+/-) Atualização monetária, juros e rendimentos	1.918.397	11.453.181	1.221.828	14.593.406
(+/-) IBNR/PPNG/PDR (Reversão/Constituição)	(8.642)	(15.189)	15.970	(7.861)
(+/-) Outras movimentações	44.964	9.001	77.692	131.657
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**35.552.859**	**211.011.799**	**10.201.220**	**256.765.878**

(*) Inclui as coberturas de risco

Provisões técnicas	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais (*)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**31.049.197**	**157.270.257**	**9.214.104**	**197.533.558**
(+) Contribuições líquidas de carregamento	2.487.200	38.127.861	385.319	41.000.380
(-) Pagamento de benefícios/sinistros	(283.425)	(229.755)	(364.046)	(877.226)
(-) Pagamento de resgates	(1.672.071)	(14.823.700)	(307.115)	(16.802.886)
(-) Pagamento de devolução de saldo	(79.985)	(3.526.229)	-	(3.606.214)
(+/-) Portabilidades líquidas	(501.615)	(1.774.851)	(37.176)	(2.313.642)
(+/-) Atualização monetária, juros e rendimentos	3.314.518	15.632.148	456.979	19.403.645
(+/-) IBNR/PPNG/PDR (Reversão/Constituição)	(9.238)	(21.454)	1.579	(29.113)
(+/-) Outras movimentações	(233.952)	542.307	(96.933)	211.422
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**34.070.629**	**191.196.584**	**9.252.711**	**234.519.924**

(*) Inclui as coberturas de risco

Custos de aquisição diferidos	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**47.947**	**1.274.307**	**157**	**1.322.411**
(+) Constituições	501.898	21.816	341	524.055
(-) Reversões	(504.918)	(125.220)	(358)	(630.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**44.927**	**1.170.903**	**140**	**1.215.970**

Custos de aquisição diferidos	**PGBL**	**VGBL**	**Tradicionais**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.911**	**1.214.060**	**147**	**1.266.118**
(+) Constituições	21.488	637.530	306	659.324
(-) Reversões	(25.452)	(577.283)	(296)	(603.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**47.947**	**1.274.307**	**157**	**1.322.411**

15 PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Fiscais

A Companhia obteve liminar para recolhimento da contribuição social no ano de 1998 à alíquota de 8% (isonomia às pessoas jurídicas não financeiras). O diferencial em relação à alíquota de 18% está provisionado na rubrica "Provisões Fiscais" no montante de R$ 7.031 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente depositado judicialmente e atualizado monetariamente até a data do depósito.

Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança discutindo a inconstitucionalidade da Lei nº 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Em 9 de janeiro de 2009, a Companhia obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota. Em setembro de 2015, em decorrência da alteração da alíquota para 20% conforme Lei nº 13.169/2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% e também obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 11% da alíquota. O depósito das duas ações em curso totaliza R$ 883.807 (R$ 681.016 em 31 de dezembro de 2017). As respectivas provisões totalizam R$ 1.017.056 (R$ 835.423 em 31 de dezembro 2017). Tais valores estão apresentados sem considerar as atualizações monetárias do período, pois a referida causa encontra-se classificada como perda provável e a eventual transformação em pagamento definitivo será efetuada pela conversão do valor total dos depósitos judiciais sem que, necessariamente, a Companhia tenha registrado a atualização dos referidos depósitos, conforme disposto no parágrafo 4º do art. 17 da Instrução Normativa SRF 421/04 (alterado pela Instrução Normativa RFB 1721/17).

Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao INSS sobre o qual foi constituída provisão de R$ 3.247 em 2007. Em julho de 2009 houve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia reconhecendo a decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R$ 117 em 31 dezembro de 2018 e 2017.

Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando à cobrança de PIS e COFINS no valor de R$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a sistemática legal preconizada pela Instrução Normativa nº 247/2002 para apuração das receitas financeiras dedutíveis. A Companhia apresentou impugnação, tendo efetuado parte do pagamento da autuação fiscal. Em agosto de 2018 foi proferida decisão favorável à Companhia e a provisão foi integralmente revertida. Em 31 de dezembro de 2017 o valor totalmente provisionado era de R$ 1.437.

Em fevereiro de 2010, a Companhia entrou com ação anulatória de débitos fiscais dos anos de 2008 e 2009, decorrentes de indeferimento do Pedido Eletrônico de Compensação de Imposto de Renda Estimado pago a maior nos anos-calendário de 2004 e 2008. Como consequência, o valor discutido perfaz o montante de R$ 1.131 em 31 de dezembro de 2018 e - 2017, totalmente depositado judicialmente e atualizado monetariamente até a data do depósito.

b) Trabalhistas

A Companhia responde a 41 processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação, cujo montante provisionado referente aos casos com probabilidade de perda provável é de R$ 2.225 (R$ 2.286 em 31 de dezembro de 2017) e está registrado na rubrica "Provisões judiciais".

c) Cíveis

Existem 539 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada na rubrica "Provisões judiciais" no montante de R$ 9.751 (R$ 12.482 em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, os processos de natureza cível relacionados a sinistros/benefícios, estão provisionados no grupo de Provisões Técnicas, na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" e totalizam R$ 12.050 (R$ 15.974 em 31 de dezembro de 2017).

d) Movimentação e detalhamento das provisões para contingências passivas

	Movimentação					
		Adições				
	31.12.2017	Constituições	Atualizações	Baixas por pagamento	Baixas por reversão	31.12.2018
Fiscais	845.518	181.632	-	-	(1.437)	1.025.713
Trabalhistas	2.286	881	759	(286)	(1.415)	2.225
Cíveis	28.456	4.653	6.086	(6.051)	(11.343)	21.801
Total	**876.260**	**187.166**	**6.845**	**(6.337)**	**(14.195)**	**1.049.739**

	Movimentação					
		Adições				
	31.12.2016	Constituições	Atualizações	Baixas por pagamento	Baixas por reversão	31.12.2017
Fiscais	646.670	203.609	52	-	(4.813)	845.518
Trabalhistas	1.509	1.090	394	(567)	(140)	2.286
Cíveis	28.654	6.629	4.966	(5.892)	(5.901)	28.456
Total	**676.833**	**211.328**	**5.412**	**(6.459)**	**(10.854)**	**876.260**

	Detalhamento por probabilidade de perda - 31.12.2018								
		Valor reclamado (*)				Valor provisionado (**)			
	Quantidade	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	8	1.020.176	1.131	393	1.021.700	1.024.189	1.131	393	1.025.713
Trabalhistas	41	4.425	1.315	729	6.469	2.225	-	-	2.225
Cíveis	539	17.706	43.047	7.325	68.078	16.016	5.785	-	21.801
Total	**588**	**1.042.307**	**45.493**	**8.447**	**1.096.247**	**1.042.430**	**6.916**	**393**	**1.049.739**

	Detalhamento por probabilidade de perda - 31.12.2017								
		Valor reclamado (*)				Valor provisionado (**)			
	Quantidade	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	9	3.059	838.064	26	841.149	7.072	838.420	26	845.518
Trabalhistas	57	5.372	4.768	1.276	11.416	2.286	-	-	2.286
Cíveis	646	21.680	23.243	4.660	49.583	24.118	4.338	-	28.456
Total	**712**	**30.111**	**866.075**	**5.962**	**902.148**	**33.476**	**842.758**	**26**	**876.260**

(*) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

(**) Considerado sob o conceito de obrigação legal para os fiscais e "Provisão de Sinistros a Liquidar - (PSL)" judicial para os cíveis.

e) Depósitos judiciais e fiscais

	31.12.2017	Constituições	Reversões	31.12.2018
Fiscais	689.546	202.792	-	892.338
Cíveis	4.086	1.594	(1.508)	4.172
Trabalhistas	120	-	(57)	63
Total	**693.752**	**204.386**	**(1.565)**	**896.573**
	31.12.2016	**Constituições**	**Reversões**	**31.12.2017**
Fiscais	512.511	177.035	-	689.546
Cíveis	5.362	427	(1.703)	4.086
Trabalhistas	596	29	(505)	120
Total	**518.469**	**177.491**	**(2.208)**	**693.752**

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial, que usualmente ocorre entre 4 e 6 anos.

16 DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a) Custos de aquisição

	31.12.2018	31.12.2017
Agenciamento e corretagem	(526.833)	(639.155)
Variação das despesas diferidas	(106.441)	56.293
Custeamento de vendas	(15.154)	(16.685)
	(648.428)	**(599.547)**

b) Outras receitas e despesas operacionais

	31.12.2018	31.12.2017
Despesa com incentivo de vendas	(29.810)	(8.224)
Despesas com cobrança	(14.949)	(15.058)
Contingências	249	(3.956)
Provisão de créditos duvidosos	(194)	(24)
Outras despesas operacionais	(6.878)	(3.282)
	(51.582)	**(30.544)**

c) Despesas administrativas

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal próprio	(133.931)	(137.452)
Serviços de terceiros	(176.100)	(169.843)
Localização e funcionamento	(54.538)	(57.700)
Publicidade e propaganda	(26.250)	(29.208)
Outras	(7.082)	(9.672)
	(397.901)	**(403.875)**

d) Despesas com tributos

	31.12.2018	31.12.2017
Impostos federais e municipais	(53.748)	(49.021)
COFINS	(122.637)	(115.311)
PIS	(19.929)	(18.735)
Taxa de fiscalização SUSEP	(4.335)	(3.245)
Outras	(395)	(653)
	(201.044)	**(186.965)**

e) Resultado financeiro

	31.12.2018	31.12.2017
Fundos de investimentos exclusivos - FIF	732.747	446.147
FIFES vinculados ao PGBL e VGBL	13.385.666	18.987.886
Títulos de renda fixa - Público e Privado	666.969	402.771
Outros	19	1.668
Total	**14.785.401**	**19.838.472**
Despesas com provisões técnicas	(14.666.901)	(19.384.255)
Outras despesas financeiras	(966)	(1.679)
Resultado financeiro	**(14.667.867)**	**(19.385.934)**
	117.534	**452.538**

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

f) Receita financeira por categoria

	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo por meio do resultado	13.351.072	18.993.427
Disponível para venda	1.191	946
Mantidos até o vencimento	1.433.119	842.431
Total	**14.785.382**	**19.836.804**

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2018		31.12.2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e participações	**1.730.047**	**1.730.047**	**1.920.100**	**1.920.100**
(-) Participações sobre o resultado	(8.801)	(8.801)	(15.853)	(15.853)
(-) Juros sobre capital próprio	(75.810)	(75.810)	(71.757)	(71.757)
Resultado ajustado	**1.645.436**	**1.645.436**	**1.832.490**	**1.832.490**
Adições	24.159	24.159	30.359	30.359
Exclusões	(18.389)	(18.389)	(13.340)	(13.340)
Lucro tributável	**1.651.206**	**1.651.206**	**1.849.509**	**1.849.509**
Tributos correntes	**(412.778)**	**(330.241)**	**(462.353)**	**(369.902)**
Tributos diferidos	**(4.597)**	**(3.218)**	**(1.821)**	**(991)**
(-) Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	1.234	-	1.240	-
(-) Incentivos fiscais	17.545	-	19.188	-
Outros	**-**	**-**	**1.550**	**-**
Total de tributos	**(398.596)**	**(333.459)**	**(442.196)**	**(370.893)**
Alíquota Efetiva	**24,22%**	**20,27%**	**24,13%**	**20,24%**

Os tributos correntes estão classificados na rubrica "Impostos e Contribuições" no passivo circulante pelo valor líquido das antecipações do período que totalizam R$ 360.181 (R$ 421.859 em 31 de dezembro de 2017).

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.907	4.275
Créditos de PIS e COFINS	248	248
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	15.336	23.907
Total do ativo circulante e não circulante	**17.491**	**28.430**

18 GESTÃO DE RISCOS

Alinhada às diretrizes de Enterprise Risk Management (ERM) do COSO (2013), às melhores práticas do mercado internacional, e se antecipando às exigências regulatórias, conforme a Circular SUSEP nº 521/2015, a Brasilprev possui uma Diretoria Técnica de Gestão de Riscos, subordinada ao diretor presidente. A diretoria é responsável pela supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos da Brasilprev, atuando como segunda linha de defesa e suporte consultivo.

A Diretoria Técnica de Gestão de Riscos aperfeiçoou seu processo de gestão de riscos corporativos, identificando, mensurando, monitorando e reportando, o perfil e nível dos riscos mais relevantes da Brasilprev aos principais órgãos de governança e decisão da empresa, incluindo seu Conselho de Administração.

A implantação do monitoramento deste perfil e nível dos riscos mais relevantes, representado através de uma matriz de riscos corporativos e controles, foi um passo fundamental e necessário para a implantação dos demais componentes da Estrutura de Gestão de Riscos: a Declaração de Apetite a Riscos pelo Conselho de Administração, com a definição de limites de tolerância a riscos e protocolo de atuação em caso de desenquadramento de métricas, e a Política de Gestão de Riscos Corporativos, que formaliza as estratégias e diretrizes para a gestão dos riscos mais relevantes.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é conceituado como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização de contrato de crédito ou recebíveis em razão da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações e dos custos de recuperação.

Dentre os mecanismos de gestão e controle de risco de crédito adotados na Brasilprev, destaque-se o acompanhamento permanente do risco de crédito da carteira de ativos adquiridos através do monitoramento mensal dos *rating*s atribuídos pelas agências de avaliação de risco, Moody's, Fitch *Rating*s e Standard & Poor's às respectivas contrapartes individuais.

A Brasilprev realiza ainda, um acompanhamento individual das contrapartes que apresentam maior possibilidade de deterioração do risco de crédito, selecionadas através de uma matriz de monitoramento que contempla aspectos como perdas expressivas decorrentes de dificuldades financeiras, má gestão empresarial, atraso ou inadimplência, descumprimento de qualquer obrigação contratual ou legal dentre outros aspectos majoradores de risco.

São elaborados relatórios de cada contraparte selecionada, contendo informações detalhadas acerca de nossa exposição (ativo adquirido pela Brasilprev), das razões que motivaram a inclusão no relatório, dos principais aspectos de risco e pontos de atenção identificados, bem como da atual situação econômico-financeira da empresa.

Além disso, mensalmente realizamos testes de *stress* para avaliar a possibilidade de perda preditiva da carteira de crédito privado, utilizando a matriz de migração da Standard & Poor's, métrica que estima a probabilidade de *default* com base nas alterações de *rating* da contraparte/ativos num determinado período.

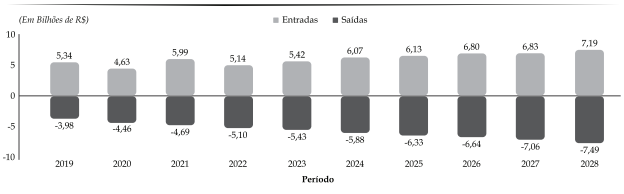
A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de crédito privado detidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por renomadas agências de *rating*.

Títulos Privados	31.12.2018								
de Renda Fixa	**AAA**	**AA**	**A**	**BBB**	**BB**	**B**	**CCC**	**CC**	**C**
CDB	-	165.445	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	1.290.080	1.237.446	110.792	372.566	179.786	8.263	167.763	2.145	-
FIDC	127.289	-	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	10.817.729	1.432.467	-	-	-	-	-	-	-
LH	-	216.801	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	-	67.626	-	-	-	-	-	-	-
CRI	-	79.293	-	-	-	-	-	-	-
Total	**12.235.098**	**3.199.078**	**110.792**	**372.566**	**179.786**	**8.263**	**167.763**	**2.145**	**-**
Títulos Privados	31.12.2017								
de Renda Fixa	**AAA**	**AA**	**A**	**BBB**	**BB**	**B**	**CCC**	**CC**	**C**
Debêntures	1.162.365	1.663.235	182.597	172.052	341.658	61.410	171.387	-	14.355
FIDC	202.628	-	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	1.903.384	9.608.117	91.514	-	-	-	-	-	-
LH	-	205.391	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	-	63.304	-	-	-	-	-	-	-
CRI	116	83.444	-	-	-	-	-	-	-
Total	**3.268.493**	**11.623.491**	**274.111**	**172.052**	**341.658**	**61.410**	**171.387**	**-**	**14.355**

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da indisponibilidade de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos assumidos com os participantes e/ou acionistas nos vencimentos, podendo levar à venda de ativos em condições desfavoráveis.

A gestão de liquidez de curto prazo é realizada através de um modelo proprietário onde são efetuadas as projeções de entradas e saídas de caixa da Companhia, visando estimar a situação do caixa nos próximos 12 meses. Além disso, e dado à peculiaridade de cada produto, utilizamos uma métrica de risco de liquidez chamada de SLI - Saldo de Liquidez Imediata. Esta métrica define um percentual mínimo em ativos líquidos que devem ser mantidos no caixa a fim de suportar eventuais desvios inesperados nas projeções de entradas e saídas efetuadas.



c) Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revisadas periodicamente.

Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como, seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe.

O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Brasilprev.

O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes.

As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações e auditadas conforme Resolução CNSP nº 321, de 2015, sendo realizados testes de consistências. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações.

Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivou sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada.

A hipótese de conversão em renda reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a conversão em renda, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

A ETTJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada "*Ultimate Forward Rate - UFR*" aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

		Impactos em 31.12.2018		Impactos em 31.12.2017	
Fatores de risco	**Sensibilidade**	**Patrimônio**	**Resultado**	**Patrimônio**	**Resultado**
Resgate	+100 bps	34.817	34.817	17.191	17.191
Resgate	-100 bps	(38.762)	(38.762)	(19.529)	(19.529)
Conversão em renda	+10%	(33.210)	(33.210)	(24.038)	(24.038)
Conversão em renda	- 10%	34.381	34.381	24.039	24.039
Longevidade	+ 2,5 bps	(2.283)	(2.283)	(1.676)	(1.676)
Longevidade	- 2,5 bps	2.148	2.148	3.539	3.539
ETTJ	+100 bps	671.730	671.730	432.066	432.066
ETTJ	-100 bps	(828.386)	(828.386)	(705.017)	(705.017)

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna 'sensibilidade' indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por flutuações não previstas nos preços, indexadores, taxas de juros e prazos de direitos e obrigações, uma vez que as carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.

Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio.

Nos portfólios em que abrangem os produtos P/VGBL, a Companhia utiliza um conjunto de métricas, entre elas VaR, *Tracking Error*, *Duration* e análise ad hoc da volatilidade dos fundos da Companhia e da concorrência nessas carteiras. Essas métricas são mensuradas, gerenciadas e controladas diariamente, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de riscos definidos entre os diferentes produtos, objetivando a otimização da relação risco-retorno.

Nos portfólios em que a Companhia oferece garantia de taxa de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais) utiliza um processo estruturado de ALM - *Asset & Liabilities Management*, no qual são monitorados e controlados os descasamentos de indexadores, de prazo, e de fluxo de caixa, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Adicionalmente, a Companhia utiliza como ferramenta de gestão de risco de mercado o teste de sensibilidade. Os resultados desta análise são utilizados para dimensionar o impacto sobre o resultado dado uma determinada variação de taxa de juros nos portfólios da Companhia, auxiliando no processo de decisão na gestão de ativos e passivos.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 *basis points* para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação.

O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev:

		Impactos em 31.12.2018		Impactos em 31.12.2017	
Fatores de Risco	**Sensibilidade**	**Patrimônio**	**Resultado**	**Patrimônio**	**Resultado**
Taxa de juros (*)	+ 100 bps	(2.648)	(2.648)	(6.026)	(6.026)
Taxa de juros (*)	- 100 bps	2.648	2.648	6.026	6.026
Cupom	+ 100 bps	(37.806)	(37.806)	(28.668)	(28.668)
Cupom	- 100 bps	37.806	37.806	28.668	28.668

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

Os riscos operacionais mais relevantes ou prioritários, bem como os principais controles e tratamentos, são monitorados no processo de gestão de riscos corporativos, com seus respectivos detentores de riscos. Além disso, a Brasilprev possui um processo de captura, classificação e registro de perdas operacionais.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.

Para a gestão do risco legal, o departamento jurídico da Brasilprev, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na elaboração de pareceres, revisão dos contratos e no desenvolvimento de produtos e serviços, faz a gestão do contencioso judicial e administrativo.

A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de *compliance* regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis.

g) Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma variável importante enquanto as outras variáveis permanecem inalteradas. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.

As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos a venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".

A Companhia também efetuou no exercício operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de *software*, reembolsos de convenções de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas".

Durante o exercício a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas/(despesas)	
Partes Relacionadas	**31.12.2018**	**31.12.2017**	**31.12.2018**	**31.12.2017**	**31.12.2018**	**31.12.2017**
Acionistas:						
Grupo Banco do Brasil	14.443	7.094	(609)	-	(186.717)	(232.837)
Grupo Principal Financial	-	-	(408)	326	(1.463)	(1.356)
Ligadas:						
Administradores	-	-	(2.945)	4.105	(10.707)	(8.275)
Aliança do Brasil Seguros S.A.	-	28	-	-	(28)	(66)
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	-	-	-	(9.636)	(10.061)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	23.384	14.753	(6.753)	2.743	(375.789)	(477.804)
BB-Banco de Investimentos S.A.	-	-	(9.119)	8.815	(112.125)	(106.440)
BBTUR Viagens e Turismo Ltda.	-	-	-	-	(491)	(214)
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	-	-	-	-	-	(175)
Brasilveículos Companhia de Seguros	-	3	-	-	(3)	(4)
Ciclic Corretora de Seguros S.A.	6.505	8.347	-	348	(16.505)	-
Cobra Tecnologia S.A.	-	-	-	-	(4.732)	(582)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	-	-	-	(414)	(430)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	29	-	-	-	(893)	(778)
Livelo S.A.	-	-	-	-	(5.825)	-

Continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no exercício foram de R$ 2.928 (R$ 1.008 em 2017). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria "disponível para venda", cuja expectativa de realização é de até dezembro de 2018 e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria "disponível para venda", cuja expectativa de realização é posterior a dezembro de 2018.

b) Principais produtos atualmente comercializados

A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e 0% de taxa de carregamento.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora - CRC RJ-079849/O-3

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ: 27.665.207/0001-31

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, em conformidade com a Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). É constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

As regras de funcionamento do Comitê de Auditoria estão formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. Além de outras responsabilidades previstas na legislação, cabe ao Comitê: assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação dos auditores externos; as exposições de risco da Companhia e a adequação das transações com partes relacionadas.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e a EY Serviços Atuariais se responsabiliza pela auditoria atuarial independente.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e externos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, tributários, ambiente regulatório e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou seus planejamentos e conheceu o resultado dos trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações contábeis, as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente às atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da administração;

b) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c) a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores externos são satisfatórias e apoiam a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independências dos auditores independentes;

d) os processos de gestão de riscos continuam evoluindo e dando agora ênfase ao processo de Gestão de Capital;

e) as transações com partes relacionadas da Companhia são aprovadas pela administração, avaliadas e monitoradas por comitês estatutários. Avaliações periódicas e acompanhamento contínuo estão sendo sistematizados, para conferir maior segurança aos processos;

f) as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

Osvaldo Roberto Nieto
Coordenador

Marlos Valeriano Borges
Membro

Luiz Cláudio Ligabue
Membro

Michelle Nicoletti
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2018, encerrado em 31 de dezembro de 2018, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes e EY Serviços Atuariais, datado de fevereiro de 2019, bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração), encontram-se em condições de serem encaminhadas para deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

Viviane Esse - Presidente do Conselho Fiscal
Paulo Nobrega Frade - Conselheiro Titular
Geraldo de Mello Junior - Conselheiro Titular
Eduardo Cesar Pasa - Conselheiro Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração
Luis Eduardo Valdés Illanes

Membros do Conselho de Administração
Antonio Maurício Maurano
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Paulo José dos Reis Souza
Paulo Rogério Caffarelli
Patrick Gregory Halter
Roberto Andrés Walker Hitschfeld
Timothy Mark Dunbar

Atuária - Celina da Costa Silva - MIBA nº 622

DIRETORIA

Diretores

Walter Malieni Junior **- Diretor-Presidente**

Ângela Beatriz de Assis

Carlos Manuel de Oliveira Madureira

Marcelo Otavio Wagner

Nelson Ignacio Katz

Luis Felipe Osorio Cepeda

Contador - Neilton Pereira dos Santos - CRC - 1SP223651/O-2

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente